

12 de Dezembro de 2023



APELOS À DENÚNCIA E VIGILÂNCIA NUM CONTEXTO DE ESTADO FRÁGIL: RECONSTRUÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE POPULAÇÕES REGRESSADAS

João Feijó

RESUMO

Ao longo do ano de 2023 consolidou-se a segurança em torno do grande perímetro de Afungi, epicentro de um dos maiores projectos económicos da região. Não obstante a fragilização do grupo rebelde, grupos armados continuam a circular a Sul de Mocímboa da Praia, mantendo a pressão sobre o projecto de Afungi, enquanto ameaçam a circulação rodoviária Norte-Sul na província, destabilizando populações regressadas. Este Destaque Rural descreve as tentativas de reconstrução de serviços públicos no Nordeste da província, assim como os esforços de restabelecimento de actividades económicas por parte das populações, num cenário marcado pela incerteza e precariedade. Argumenta-se que o défice orçamental e o desvio da despesa pública para o sector da segurança, a destruição de infraestruturas e de equipamentos e a desmotivação dos funcionários do Estado, agravaram a fragilidade das instituições. Neste cenário, representantes do Governo continuam a enfatizar conceitos de "terrorismo", apelando à "vigilância" e "denúncia" das populações, revelando pouca assertividade na abordagem de problemas sociais complexos.

INTRODUÇÃO

Se ao longo do ano de 2023 se consolidou um sentimento de segurança em torno do grande perímetro de Afungi, perceptível pelo regresso das populações aos locais de produção, a Sul de Mocímboa da Praia continuam a registar-se movimentos de guerrilheiros armados. Os insurgentes continuam a pressionar o perímetro de segurança da TotalEnergies e a ameaçar a circulação rodoviária Norte-Sul na província, enquanto destabilizam as populações regressadas. Depois de descrever as condições de segurança na província e movimentos de regresso das populações, ao longo do texto pretende-se compreender o processo de reconstrução do Estado no Nordeste da província, assim como o processo de reintegração socioeconómica das populações. Os dados resultam de entrevistas realizadas a indivíduos oriundos de nove distritos afectados pelo conflito (Palma, Mocímboa da Praia, Nangade, Mueda, Muidumbe, Macomia, Quissanga, Montepuez e Chiúre), funcionários do governo e de organizações não-governamentais, assim como dados da Organização Internacional das Migrações.

1. SEGURANÇA E MOVIMENTOS POPULACIONAIS

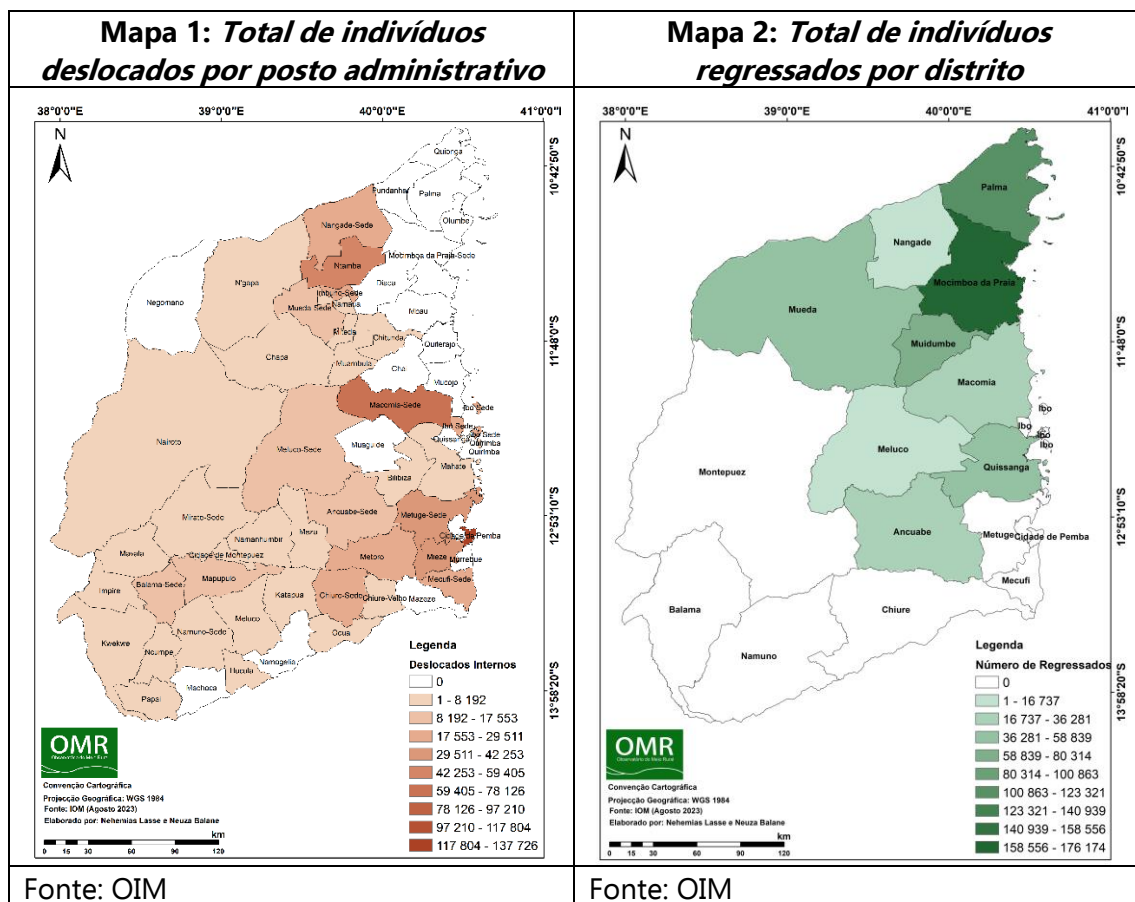
Ao longo do distrito de Palma a situação de segurança tem voltado à normalidade, com grande parte da população a regressar aos seus terrenos agrícolas, sobretudo ao longo da costa. Desde Fevereiro de 2023, quando um grupo de insurgentes raptou uma mulher local na aldeia de Maputo (Cabo Ligado, 21.02.2023), localidade de Quelimane, na fronteira entre os distritos de Palma e de Mocímboa da Praia, não existe registo de incidentes ao longo da estrada R762 que liga as duas sedes distritais. Não obstante, os técnicos acantonados em Afungi continuam a realizar qualquer percurso para fora do acampamento sob escolta militar. A existência de forças armadas ruandesas e a inteligência militar são também responsáveis pelo sentimento de segurança na vila sede de Mocímboa Praia, mas também a Norte da vila, onde muitos voltaram às suas machambas. Contudo, no posto administrativo de Mbau, a situação continua incerta, sobretudo após o ataque à aldeia de Naquitengue (Carta, 18.09.2023). O assassinato de 12 indivíduos amedrontou as populações, que receiam novamente regressar. À semelhança dos anos de 2018 e 2019, na vila sede distrital começa-se a verificar a concentração de populações fugidas das aldeias vizinhas. Também a Oeste do Município, os relatos dão conta de receios de deslocação para as machambas, sobretudo em zonas mais distantes das residências ou das principais vias de acesso. A grande produção do distrito concentra-se no sector pesqueiro, onde se produz em quantidade e qualidade. Grande parte da população que regressou às aldeias piscatórias a Sul de Mocímboa da Praia e, particularmente, no distrito de Macomia, arrisca-se a conviver com a insurgência, cujos membros adquirem produtos locais a preços generosos (Cabo Ligado, 28.06.2023).

Em Nangade, muitas famílias regressam às suas aldeias de origem. Outras, iniciaram movimentos circulares para áreas de produção, para limpeza dos cajuais e posterior apanha de castanha de caju e revenda na vila sede. Muitos não se afastam definitivamente da sede do distrito, aguardando confirmação das condições de segurança. No distrito de Muidumbe, apesar de grande parte da população residir nas zonas altas, registam-se movimentos populacionais para as zonas baixas, onde se verifica um aumento da área cultivada (por exemplo, nas aldeias de Ntxinga, Muambula e Namacande). A situação agrava-se em Chitunda e Menguelewa e nas zonas mais próximas do lago Nguri, onde a situação permanece insegura. Os ataques de Novembro nas baixas do distrito, forçaram o regresso de centenas de indivíduos para a zona alta, alarmando os habitantes nas aldeias de Muambula e Nampanha, que passam a noite no mato.

Na costa de Quissanga, as pessoas circulavam com tranquilidade até Outubro de 2023, quando vários episódios desencadearam a circulação de rumores, fazendo renascer receios entre as populações. Militares moçambicanos que convocavam um encontro com a população para apelo à vigilância foram confundidos com insurgentes, que utilizam uniformes idênticos. Este alegado avistamento de grupos rebeldes levou a população a refugiar-se nos mangais. Circulam boatos de viaturas pesadas com vidros fumados que aliciam as pessoas e as transportam para parte incerta. No Norte de Bilibiza ainda existe algum receio de deslocação às áreas de produção mais recônditas, sobretudo nas matas

de Cagembe, próximo de uma antiga base do grupo rebelde, onde em Outubro de 2023 foram avistados insurgentes armados (Mediafax, 30.10.2023).

Os dados disponibilizados pelo *Displacement Tracking Matrix* da Organização Internacional das Migrações (OIM) de Agosto de 2023 dão conta de uma maior dispersão geográfica, nomeadamente uma menor concentração da população no Sul da província, nomeadamente nos distritos de Metuge Sede, Metodo (distrito de Ancuabe), Mapupulo (distrito de Montepuez) e Chiúre Sede (mapa 1) e um elevado número de regressados aos distritos de Mocímbo da Praia e de Palma (mapa 2). Os dados da OIM mostram que o número total de regressados a Mocímbo da Praia (176.174 indivíduos) é superior à população deslocada em qualquer distrito.



Apesar de continuarem a existir incidentes entre militares e a população (como indivíduos locais agredidos, alegadamente por tirarem fotos em áreas próximas a posições das Forças de Defesa e Segurança (FDS), a frequência destes relatos diminuiu significativamente, pelo menos por comparação ao período anterior a 2022. Contudo, o excesso de zelo das FDS nesse período marcou a representação dominante das populações acerca dos militares moçambicanos. Ao longo das vias de Macomia muitos automobilistas manifestam receio de dar boleia a elementos das FADM.

Nas baixas de Muidumbe (no posto administrativo de Chitunda), a população é defendida pelas FDS e não existem muitos relatos de tensões, pelo menos em comparação com a costa. Contudo, mantém-se a reduzida confiança em relação aos militares, a quem acusam de inoperância¹. Constatam-se conflitos relacionados com o envolvimento de militares com mulheres locais, parceiras de elementos das milícias.

A população do Nordeste manifesta claramente a sua preferência pela tropa estrangeira. Em Nangade, muitos indivíduos elogiam os soldados tanzanianos, a quem atribuem a responsabilidade de melhoria da segurança. Contrariamente à tropa moçambicana, os tanzanianos revelam capacidade de fornecimento de água à população, para além de se comunicarem nas línguas do Norte de Moçambique. Da mesma forma, os ruandeses expressam-se em *swahili*, demonstrando empatia no relacionamento com os locais, saudando as populações com gentileza. Circulam histórias de pequenos comerciantes em Mocímboa da Praia que oferecem produtos aos militares ruandeses, quando estes se deslocam aos mercados. Apesar de auferirem um salário inferior, os soldados moçambicanos têm de pagar pela aquisição dos mesmos produtos. A imprensa tem dado conta de recorrentes atrasos salariais e de problemas de logística (Integrity, 07.11.2023). Em torno de Afungi, militares apresentam abertamente o seu descontentamento pelos baixos salários auferidos, inferiores às recompensas dos funcionários da TotalEnergies e empresas subcontratadas, a quem estão a proteger. Alegados atrasos no pagamento de subsídios por parte da Mozambique LNG (operado pela TotalEnergies) à *task force* de protecção de Afungi² poderão afectar o relacionamento dos militares com a população. Muitos militares queixam-se que não são devidamente reconhecidos pela população – sobretudo em comparação com os congéneres ruandeses, que auferem de melhores condições operacionais (em logística, equipamentos de transporte e recompensa) –, mantendo-se desconfiados em relação ao envolvimento dos locais com a insurgência.

A força local tem emergido como um actor importante na província de Cabo Delgado, obtendo enquadramento legal (Decreto nº 15/2023 de 14 de Abril), aumentando o número de efectivos e acesso a logística. Trata-se de milícias compostas sobretudo por populações locais, onde estão representados indivíduos makondes (maioritariamente

¹ Desde 2019, no distrito de Muidumbe, que a chegada de militares era entendida por muitos locais como um presságio para um ataque dos insurgentes, sem que os primeiros fossem capazes de proteger a população. A população local chegou a expulsar os militares de Namacande e de Chitunda, onde, neste segundo caso, chegaram a queimar uma tenda militar.

² No seu relatório sobre a situação socioeconómica, humanitária e de direitos humanos em torno de Afungi o consultor Jean-Christophe Ruffin reconhecia que o pagamento de baixos salários a militares despreparados encorajava abusos contra civis. Nesse relatório encomendado pela TotalEnergies, o consultor mostrava reservas quanto ao memorando de entendimento estabelecido entre o Mozambique LNG e as FADM, questionando o papel dissuasor do pagamento de bónus de desempenho sobre possíveis abusos. Segundo o mesmo, a existência desse acordo envolvia o consórcio Mozambique LNG em qualquer acto de violação de direitos humanos promovidos pelas forças de segurança, sem que tivesse autoridade sobre o processo de comando, fiscalização e sancionamento dos responsáveis. Por outro lado, o acordo envolvia directamente o consórcio num conflito desencadeado por cidadãos moçambicanos, que se rebelam contra o Estado.

cristãos e simpatizantes da Frelimo), num processo fortemente enquadrado pela Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN). Em Mueda e Muidumbe, a força local está presente nas vias de acesso a zonas residenciais, verificando documentos de identificação e cobrando valores monetários a quem não dispõe da documentação. Em Palma No último trimestre de 2023, membros da força local começaram a solicitar cédulas de nascimento e bilhetes de identidade para abertura de contas bancárias, na expectativa de recepção de subsídios públicos. Crescem vozes a alegar a crescente capacidade de pressão da força local sobre o Governo, com vista à obtenção de melhores condições logísticas ou de atendimento prioritário nas Direcções de Identificação Civil ou Autoridade Tributária, para requisição de bilhete de identificação ou NUIT.

Enquanto na zona predominantemente makonde, os relatos dão conta de uma satisfação relativamente generalizada da população em relação às milícias locais (localmente designadas por "Ruanda 2"), a situação é diferente em Chiúre, sobretudo no período pós-eleitoral. Na vila de Chiúre, a força local é acusada de excesso de zelo, ordenando o recolher nocturno dos munícipes ou a desligarem aparelhos de música. As eleições agravaram o relacionamento da força local com a população. A culminar um processo polémico (recenseamento eleitoral fora do município, transporte no dia das eleições e prioridade no dia da votação aos funcionários públicos, problemas de contagem de votos, entre outros), muitos jovens locais (maioritariamente vendedores informais) envolveram-se em manifestações pós-eleitorais. A resposta das autoridades policiais foi violenta, tendo neste processo se verificado o apoio de elementos da força local, que se faziam transportar nas mesmas viaturas com a polícia. No rescaldo da violência, contabilizaram-se vários jovens baleados pela polícia. De acordo com os relatos, a brutalidade dos elementos da força local foi ainda maior que a da polícia. Entre a população deslocada, esta situação trouxe à memória os episódios de excesso de zelo das FDS no primeiro semestre de 2020 do Nordeste da província, a que se seguiu o ataque dos insurgentes à vila sede de Mocímboa da Praia. Este receio levou alguns indivíduos a equacionar o regresso.

O maior controlo da fronteira com a Tanzânia e das rotas marítimas e terrestres afectou a logística dos grupos insurgentes. As dificuldades de acesso a alimentos pressionaram a diminuição do seu número de operacionais, mas também de civis (idosos e mulheres, que aderiram voluntariamente ou foram raptados). De acordo com as mensagens que deixam à população, o grupo de insurgentes não tem falta de armamento, mas de operacionais, mantendo-se as estratégias de recrutamento. Contudo, a estratégia de melhoria de relacionamento com a população costeira e aquisição de produtos a preços generosos parece ter melhorado o abastecimento logístico. A avaliar pelas fotos dos ataques difundidas pelo Estado Islâmico, grande parte dos insurgentes continua a ser bastante jovem. Persistem relatos de tentativas de recrutamento de jovens para adesão à insurgência, geralmente em troca de valores monetários (alegadamente de vinte mil meticais). Apenas são conhecidas as tentativas de aliciamento que foram denunciadas às autoridades.

Existem relatos de insurgentes que se entregaram aos ruandeses, muitos dos quais bastante debilitados (aleadamente subnutridos ou tuberculosos), mas a verdade é que a inexistência de informação acerca do seu paradeiro alimenta receios acerca da sua segurança após a deserção. Persiste um grande mistério em torno da integração dos arrependidos. Moradores de Mocímboa da Praia desconfiam que muitos insurgentes se refugiam nas suas famílias de origem.

Existem relatos de pré-adolescentes detidos em prisões em Cabo Delgado, em precárias condições, capturados nas matas. A detenção de menores sem julgamento é justificada pelo manuseamento de armas de fogo (montando e desmontando com bastante habilidade) e por disporem de informações sensíveis para a segurança pública.

2. O RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

No Norte da província verifica-se uma lenta recuperação dos serviços públicos. As instalações do antigo hospital rural de Mocímboa da Praia permanecem destruídas e uma nova unidade funciona onde era antigamente o centro de formação em saúde. Fora das vilas sede distritais, o acesso à saúde continua a ser possível, muitas vezes através de unidades móveis, e persiste um défice de enfermeiros e de medicamentos que, quando existem, se resumem, sobretudo, a paracetamol e quarten.

O papel do Estado continua a ser largamente complementado por organizações não governamentais, como os médicos sem fronteiras. Em Mocímboa da Praia e em Nangade, as forças armadas ruandeses, tanzanianas ou do Lesoto facilitam o acesso de populações locais aos respectivos hospitais militares, em dias da semana específicos. Não existem relatos de acesso à medicina militar moçambicana. Pelo contrário, o discurso dominante é de desconfiança e de não permissão de aproximação aos quartéis.

No Sul da província, realizaram-se trabalhos de reabilitação da unidade sanitária em Quissanga, que já presta serviços de maternidade e de internamento. Os próprios técnicos de saúde já vivem na vila sede distrital. Em Montepuez, o regresso de muitos deslocados diminuiu a pressão sobre serviços de saúde, tendo sido requalificado o centro de saúde de Mapupulo.

Verifica-se uma tendência de estabilização do ensino nos distritos de Palma, a Norte e Oeste de Mocímboa da Praia, nas zonas altas de Muidumbe, em Mueda e Quissanga. De acordo com as vozes no terreno, as pressões do governo tiveram impacto no regresso dos professores. No distrito de Mueda, onde outrora se concentravam inúmeros deslocados, verifica-se uma diminuição do número de estudantes. Em várias escolas próximas dos centros de deslocados de Mapupulo (distrito de Montepuez), a persistência de muitos indivíduos afectados pelo conflito (maioritariamente makondes) traduz-se em rácios que chegam a atingir um professor para 200 alunos. Tentativas de expansão das classes não são acompanhadas pela proporcional contratação de professores.

Já nas zonas de maior instabilidade militar, o retomar das actividades lectivas continua problemático. Fora das vilas sede de Nangade e de Macomia, nas baixas de Muidumbe (posto administrativo de Chitunda), e a Sul de Mocímboa da Praia (posto administrativo de Mbau) poucas ou nenhuma escolas reabriram. Em virtude da melhoria da segurança, no distrito de Nangade espera-se que as aulas possam retomar em muitas aldeias no ano lectivo de 2024.

A insegurança e deslocações populacionais dificultaram a gestão do corpo docente. Não obstante a falta generalizada de professores nos estabelecimentos de ensino, continuam a existir professores sem escola, aguardando o regresso às unidades onde leccionavam. Muitos professores manifestam-se psicologicamente afectados pela guerra e pela experiência de fuga, receando regressar ao Nordeste da província.

Os Serviços Distritais de Actividades Económicas seguem a tendência dos restantes serviços públicos. No Nordeste da província, os técnicos enfrentam problemas de destruição de infraestruturas, orçamento reduzido e défice de equipamentos de trabalho.

Continua-se a constatar-se uma priorização à agricultura – não faltando relatos de distribuição de insumos agrícolas em Mueda, Diaca (Mocímboa da Praia) ou Quissanga, em detrimento da pesca. Ao longo da costa, entre a vila de Mocímboa da Praia e o distrito de Macomia, e ao longo da bacia do rio Messalo até ao lago Nguri (abrangendo os distritos de Macomia, Meluco e Muidumbe) não existem condições de segurança para apoio a actividades económicas.

Ao nível da reconstrução foi conferida prioridade às infraestruturas de transporte permitindo a segurança do território e acesso logístico a Afungi. Destaca-se o porto e aeroporto de Mocímboa da Praia, e a picada de Afungi a Olumbi. O aeródromo de Nangade foi igualmente reabilitado. Em relação a edifícios públicos, o processo de reconstrução tem sido mais lento, permanecendo grande parte das infraestruturas danificadas. Verifica-se a reabilitação da casa do presidente do município de Mocímboa da Praia, estando em curso a construção edifícios para um tribunal, INSS e comando da polícia na mesma vila-sede. A reabilitação das sedes dos chefes de posto tem sido secundarizada. Em Quissanga foi reabilitada a unidade sanitária e maternidade, escola primária e comando da polícia, tendo-se processado a limpeza da estrada, até então coberta de capim.

Em Muidumbe, assiste-se à reconstrução da rede de energia eléctrica (com postos a ser distribuídos por Nchinga, Namacande) e apoio de abastecimento de água em algumas aldeias. Na sede deste distrito, as repartições públicas (gabinete do administrador, registo civil e auditório) permanecem destruídas. Em virtude da estiagem, muitos poços em Mocímboa da Praia apresentam falta de água, num cenário de aumento populacional, agravando as condições de vida.

No segundo semestre de 2023 reabriram instituições financeiras em zonas anteriormente afectadas pelo conflito, nomeadamente em Quissanga e na vila de Palma. Em Mocímboa da Praia foi colocado um ATM e, em Afungi, já existia um balcão de atendimento.

No Nordeste da província, continua por se restabelecer a administração da justiça. Nos distritos atingidos pela guerra ainda não foi implementado um sistema estável de registo e notariado que, em muitos locais, tem funcionado através de brigadas móveis, com apoios externos. Em Palma, a TotalEnergies facultou contentores para o funcionamento da Procuradoria, do tribunal e do IPAJ, mas as instalações dos magistrados foram destruídas ou estão ocupadas pela administração do distrito. Tentativas de funcionamento de ambulatório da justiça não foram funcionais, uma vez que os magistrados não dispõem de meios para a deslocação. Nesta situação, dezenas de suspeitos continuam detidos, em condições precárias, a aguardar julgamento ou transferência para Mueda. Em Mocímboa da Praia, aguarda-se pela construção de um novo tribunal e pela reabilitação do edifício da Procuradoria, vandalizado pela insurgência. A situação é semelhante em Muidumbe, Macomia e Quissanga.

Muitas queixas são apresentadas às forças de defesa e segurança estrangeiras, nomeadamente militares e polícias ruandeses (em Palma e Mocímboa da Praia) ou militares tanzanianos (em Nangade). Os assuntos são, posteriormente, reencaminhados para a polícia moçambicana. Os interlocutores alegam que, ao contrário das forças nacionais, as autoridades estrangeiras não são influenciáveis por laços de familiaridade ou subornos, tornando a queixa menos arriscada. A preferência pelos estrangeiros tem gerado algum desconforto na Polícia da República de Moçambique, que iniciou algumas campanhas de sensibilização junto da população. Já em Muidumbe, muitos *milandos* são resolvidos a partir da força local que, no caso de não conseguir resolver, encaminha as disputas para a Polícia da República de Moçambique.

À semelhança de outras zonas do país, a introdução da Tabela Salarial Única afectou profundamente a motivação dos servidores públicos. Em Mocímboa da Praia, o descontentamento foi particularmente evidente no envolvimento na campanha eleitoral, alegadamente menos entusiástico que em eleições anteriores. Nas cerimónias de celebração do Dia da Vitória (25 de Setembro), muitos professores cantavam, de forma irónica, "*mesmo sem TSU, vamos trabalhar*". A assiduidade dos professores diminuiu consideravelmente, existindo relatos de funcionários sem comparecer ao serviço durante várias semanas. Regista-se um laxismo no controlo de faltas, procurando-se, desta forma, reduzir tensões laborais em período eleitoral. Na educação, a fiscalização é praticamente inexistente e as visitas externas direccionam-se, geralmente, para escolas mais próximas das vilas sede distritais e melhor organizadas. De acordo com professores entrevistados, inúmeros estabelecimentos de ensino podem ficar 5 a 7 anos sem receber qualquer visita externa.

A greve silenciosa que se vive na função pública tem maior impacto no campo da saúde, onde, de acordo com os interlocutores, a qualidade do atendimento reduziu. Aos problemas de destruição de infraestruturas, ausência de equipamentos médicos e falta de medicamentos (alegadamente “só vais ao centro de saúde buscar receita”), acresce o maior desleixo dos funcionários e a continuação de cobranças ilícitas. A situação agrava-se nas maternidades, onde o atendimento está bastante dependente de pagamentos monetários. Perante pedidos de ajuda, enfermeiros de unidades sanitárias em Montepuez respondem frontalmente aos utentes: “*n’wanriyeque alhilhayo*” (espera a pessoa que comeu [dinheiro]).

Os pagamentos de subornos praticam-se noutros serviços públicos, em claro prejuízo da respectiva qualidade. Em virtude da necessidade de emissão de bilhetes de identidade, as enchentes na Direcção de Identificação Civil de Nangade são enormes. Alegadamente, só para se conseguir um espaço para entrar no registo civil, é necessário disponibilizar um valor monetário aos técnicos de serviço. Os múltiplos problemas existentes na província criam oportunidades de geração de receitas, frequentemente de forma ilícita. Mal informados, sem provas, sem instituições a quem recorrer e sem qualquer garantia de protecção, a situação dos cidadãos é particularmente precária.

3. AJUDA HUMANITÁRIA E ESTRATÉGIAS ECONÓMICAS DAS POPULAÇÕES

Na província verifica-se uma diminuição dos apoios às populações deslocadas. Técnicos das Nações Unidas manifestam preocupação acerca da falta de financiamento para a resposta humanitária, que só atingiu 29% das necessidades. Nos locais mais próximos de centros urbanos (Pemba, Montepuez, Chiúre, Mueda e Mocímboa da Praia), a ajuda é cada vez mais composta por *vouchers* de 4.230 meticais. Em Chiúre, a distribuição dos cheques nos centros de reassentamento é acompanhada pela chegada de comerciantes locais, que vendem os respectivos produtos, geralmente a preços mais elevados do que na vila-sede. Os apoios são geralmente insuficientes, sendo, por vezes, distribuídos em alguns bairros, alternadamente, gerando invejas e conflitos.

Por outro lado, são relatadas assimetrias espaciais na distribuição de apoios alimentares. Enquanto em Muidumbe não se faz distribuição desde Maio de 2023 (alegadamente porque a população já retomou a produção), em Quissanga existem relatos de distribuição de sacos de 50kg de arroz por cada família. Em Nangade, a distribuição de alimentos concentra-se nos centros de deslocados, excluindo os que ficaram a residir na vila sede distrital. Por vezes, organizações não-governamentais distribuem utensílios de cozinha, mantas, esteiras, etc.

A distribuição de alimentos continua a ser um processo repleto de oportunismo. Continuam a existir relatos de indivíduos que se deslocam entre distritos (de Mueda para Mapupulo em Montepuez ou entre Pemba e Quissanga) sempre que circulam notícias de distribuição de *vouchers* para compra de alimentos. Não obstante muitos indivíduos já terem regressado a Palma e Mocímboa da Praia, a Quissanga e zonas altas de

Muidumbe, o número de indivíduos deslocados anunciado pela OIM (627.846), em Agosto de 2023, continua a ser superior ao total da população recenseada no Censo de 2017 nos 8 distritos afectados³ (591.734 indivíduos). No Sul da província, a redução do número de deslocados atenuou o sentimento de invasão por parte das populações autóctones. Em Montepuez, verifica-se uma tendência de cedência de terrenos para acesso de deslocados a áreas de produção.

Ao redor de Afungi e dinamizado pela TotalEnergies, consolidam-se zonas de produção animal e de hortícolas. Na vila de Palma floresce o comércio em torno do mercado, impulsionado com a abertura da fronteira com a Tanzânia em Namoto (MediaFax, 13.09.2023).

Em toda a costa a Norte de Mocímboa da Praia verifica-se um aumento da produção de peixe, dinamizando o comércio da costa com o planalto. Diariamente, carrinhas de transporte circulam do litoral para Mueda, Nangade ou Montepuez (com peixe), por vezes trazendo cereais do interior. Após o ataque a Naquitenge, em Outubro de 2023, aumentaram suspeitas de abastecimento alimentar aos insurgentes, pelo que o controlo de circulação de mercadorias se tornou mais apertado. O transporte de alimentos exige credenciais emitidas pelos serviços distritais da agricultura ou declaração de bairro, sob risco de ser bloqueado em postos de controlo e obrigado a regressar. Os obstáculos ao transporte encontram-se nas cancelas ao longo das estradas. Motoristas de transporte semi-colectivo de passageiros habituaram-se ao pagamento de valores monetários a polícias, militares e à força local, flexibilizando a circulação, mas dificultando a fiscalização de passageiros e mercadorias. Nas zonas onde se opera com escolta militar, a autorização para circulação sem escolta implica o pagamento de quantias monetárias, calculadas em função da mercadoria. Nestas condições, a inspecção e consequente identificação de mercadorias irregulares (como transporte de fármacos sem documentos) tende a acontecer quando algum passageiro se recusa a pagar o "*refresco*". Nas zonas municipais, as principais vítimas da extorsão continuam a ser os taxistas de moto. Em Chiúre, a polícia municipal cobra, alegadamente, 100 meticais a cada motorista sem carta de condução. Os que detêm documento de condução não estão isentos de pagamento de valores monetários à polícia municipal, alegadamente com a justificação de que "*nós somos donos da estrada*" ou "*nós vamos comer o quê?*".

No Sul da província, foram implementados diversos projectos de apoio a pequenos comerciantes locais, no sector de pequeno comércio, conservação e venda de peixe, actividades de costura e pequenas oficinas. Embora alguns beneficiários tenham implementado os respectivos projectos, não faltam episódios de revenda ou consumo dos apoios obtidos. Em Quissanga, Chiúre ou Montepuez muitas doações (alimentos, loiça, máquinas de costura ou mini-congeladores) foram localmente revendidos, quer

³ Trata-se dos distritos de Palma (onde foram recenseados 62.667 indivíduos), Mocímboa da Praia (123.975), Macomia (116.405), Quissanga (50.174), Ibo (13.025), Nangade (88.995), Muidumbe (99.363) e Meluco (37.130).

para financiamento de outros bens ou serviços, quer para patrocínio das viagens de regresso ao Nordeste do país.

Em Mocímboa da Praia, o PNUD contrata indivíduos locais para realização de trabalhos de reabilitação de infraestruturas públicas, realizando pagamentos via Mpesa e proporcionando dezenas de postos de trabalho.

Num cenário de pobreza generalizada, continuam a registar-se inúmeros comportamentos promíscuos. Em Muidumbe foram relatados episódios de mulheres envolvendo-se com militares na expectativa de obtenção de apoios monetários. Em Montepuez existem relatos de gravidezes entre raparigas de 13 e 14 anos, não obstante a realização de inúmeras palestras de prevenção. Quando questionadas sobre o motivo, a resposta tende a ser "sofrimento", deixando implícito o envolvimento sexual em troca de valores monetários. Durante as acções de sensibilização, muitas adolescentes confessam já terem iniciado a vida sexual. A verdade é que, logo após os ritos de iniciação, as jovens passam a ser consideradas adultas e pressionadas a contribuir para as despesas domésticas. Segundo activistas locais, muitas adolescentes apreendem que "*não posso ter medo de nenhum homem*" ou que "*nlopuana kankala imoca*" (homem não pode ser único). Num cenário de pobreza extrema e desigualdades de género, o companheiro masculino tende a ser representado como um provedor de bem-estar, atenuando situações de privação.

Os pequenos furtos constituem outra fonte alternativa de rendimentos. Em Mocímboa da Praia generalizou-se o roubo de painéis de iluminação pública ou desvios ilegais de energia. Com a chegada do tempo chuvoso e densificação da vegetação antevê-se um aumento de práticas de garimpo, particularmente em redor das minas de Namanhumbir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do ano de 2023 consolidou-se a segurança em torno de um raio de 60 a 80 km de Afungi, epicentro de um dos maiores projectos de liquefacção de gás, liderado pela TotalEnergies. A segurança é perceptível pelo semblante tranquilo da FDS, pelo regresso das populações aos locais de produção e pela celebração comunitária de feriados religiosos.

Não obstante a debilidade logística, baixas na liderança do grupo rebelde e diminuição de operativos, grupos armados não-Estatais continuam a circular no litoral de Macomia até Quissanga, assim como ao longo da bacia do rio Messalo, até ao lago Nguri, afectando a segurança no distrito de Macomia e zonas baixas de Muidumbe. Os receios das populações em regressarem aos seus terrenos agrícolas ou a proliferação de boatos confundindo elementos das FADM com insurgentes armados (que utilizam o mesmo uniforme) constituem importantes indicadores de instabilidade. Permanecendo próxima do perímetro de segurança de Afungi, a insurgência não deixa de exercer pressão sobre o projecto económico, enquanto ameaça a circulação Norte-Sul na província,

destabilizando populações regressadas. Se no interior, onde população predominantemente makonde se organizou em milícias, os relatos salientam a violência dos insurgentes (saques, destruição de casas, raptos e assassinatos), nas zonas da costa os relatos dão conta de relações de cooperação económica com os insurgentes, permitindo compreender a persistência de apoios, entre sectores da população.

A melhoria das relações de segurança reduziu episódios de violência de militares para com a população. Porém, a inexistência de incidentes não significa um aumento da confiança da população em relação às FDS, que continuam a ser representadas como violentas, inoperantes e oportunistas, sobretudo por comparação com as tropas internacionais. As tropas ruandesas mantêm forte popularidade, mostrando sensibilidade no relacionamento com os locais, por exemplo na forma diplomática como impediram manifestações pós-eleitorais, no distrito de Mocímboa da Praia. A força local emerge como um novo actor no terreno, quer em termos quantitativos (vozes governamentais falam em 5000 efectivos), quer em apoios governamentais. Se no planalto Makonde, este grupo representou uma resposta ecológica à ausência de segurança, em zonas predominantemente Makhuwas ou mwanis a respectiva aceitação é mais contestada, sobretudo após os incidentes pós-eleitorais em Chiúre, onde elementos da força local participaram na repressão de jovens locais. A emergência de um grupo armado com conotações etno-políticas específicas (liderado por antigos combatentes e maioritariamente composto por makondes ou apoiantes do partido Frelimo) significa um aumento dos encargos para o Estado durante o conflito ou em futuros cenários de desmobilização, levantando desafios políticos num cenário pós-presidente Nyusi. Acresce o facto de a força local não estar envolvida em acções de formação em direitos humanos, num cenário de ausência de instituições da justiça.

O aumento da dívida pública, o desvio da despesa pública para o sector da segurança, a destruição de infraestruturas e de equipamentos, a redução do salário real dos funcionários públicos e respectiva motivação fragilizou ainda mais as instituições públicas. As más condições de trabalho e o laxismo na administração pública constituem um estímulo para práticas oportunistas. A corrupção torna-se sistémica (protagonizada por inúmeros funcionários públicos), endémica (abrangendo os restantes sectores da sociedade) e sindrómica (traduzindo-se no deficiente funcionamento dos serviços públicos e na incapacidade de assistência aos cidadãos). Sem informação, apoio ou assistência jurídica, sem evidências e instituições da justiça (ou quando existem fortemente corrompíveis), as populações não têm a quem recorrer. Numa zona que constituirá o palco de um dos maiores investimentos em gás no continente africano, persiste a enorme dificuldade de edificação de um Estado de Direito. O silêncio cúmplice das autoridades não deixa de alimentar sentimentos de Estado contra a população, com potencial de capitalização política por parte de grupos violentos. Secundarizando fenómenos de injustiça generalizada, que afectam sobretudo os mais desfavorecidos, em encontros públicos, representantes do Governo continuam a enfatizar conceitos de "terrorismo", apelando à "vigilância" e "denúncia" das populações. Da forma como é utilizado, o conceito "terrorismo" não só não distingue o terror provocado na população

pelos diversos actores armados na província (Estatais e não-Estatais), como não permite captar as lógicas de cooperação dos insurgentes com sectores da população, sem os quais nunca teriam tido sucesso.

A instabilidade militar e os movimentos populacionais reflectem-se no sistema de ensino, com milhares de crianças e professores deslocados, elevados rácios de aluno por professor, crianças não matriculadas ou interrupções do ano lectivo. A saúde continua bastante precária, fortemente dependente de apoios de organizações internacionais. No Norte da província, os apoios dos SDAE continuam a concentrar-se em zonas predominantemente de agricultura onde vivem sobretudo Makondes, reproduzindo a percepção de desigualdades do Estado.

Neste cenário sugerem-se algumas recomendações:

- Investimento nas condições de saúde, envolvendo os serviços de saúde militar moçambicana nas zonas de regresso da população, à semelhança das forças armadas estrangeiras;
- Apoio massivo ao sector da educação, não esquecendo a construção de residências públicas para o regresso de professores, envolvendo mão-de-obra local em sistemas de trabalho por comida, a formação de professores e o reforço da fiscalização;
- Apoio a actividades de produção de alimentos, através da distribuição de insumos agrícolas e pesqueiros.
- Reforço e capacitação de organizações da sociedade civil locais, envolvendo-as no processo de selecção de beneficiários de projectos de desenvolvimento (a partir da análise de expectativas e experiências profissionais), mas também formação de associações locais, em matérias associativas e financeiras;
- Melhoria do acesso à justiça, promovendo a instalação da procuradoria, do IPAJ e dos tribunais, assim como de acesso a documentos de identificação civil.
- Realização de parcerias com instituições (inter)nacionais de apoio a menores para a reintegração social de crianças soldado, recorrendo a quadros moçambicanos especializados no assunto.

REFERÊNCIAS:

CABO LIGADO (21.02.2023) Cabo Ligado Weekly: 13-19 February 2023. ACLED.

CABO LIGADO (28.06.2023) Cabo Ligado Weekly: 19-25 June 2023. ACLED

MEDIAFAX (30.08.2023) FDS reforçam vigilância em Quissanga e Metuge. Maputo: Mediafax

MEDIAFAX (13.09.2023) "Reposta ligação entre Palma – Mtwara" in *MediaFax*.

CARTA (18.09.2023) "Doze pessoas mortas num ataque terrorista à aldeia de Naquitengue, distrito de Mocímboa da Praia" in *Carta de Moçambique*, disponível em <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/14849-doze-pessoas-mortas-num-ataque-terrorista-a-aldeia-de-naquitengue-distrito-de-mocimboa-da-praia>, acesso a 04.12.2023.

INTEGRITY (07.11.2023) "Quartéis nacionais com défice de comida": Sabotagem ou falta de dinheiro nas FADM?" in *Integrity*, disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/18991?amp=1>, acesso a 04.12.2023.